

Texto em preparação; favor não citar sem autorização prévia do autor.

## **Participação e reconhecimento** **Reflexões sobre pesquisa social na América Latina**

Debate o discusión en teoría social

GT17: Pensamento Latino-americano

Emil A. Sobottka \*

**Resumo:** Na América Latina há uma longa tradição de pesquisa em que pesquisadores e pesquisados interagem intensa e prolongadamente, orientados pela pretensão de estabelecer uma relação sujeito-sujeito. A participação adquire não apenas o caráter de um termo técnico para descrever uma metodologia, mas torna-se um modo de relacionar-se dentro de um compromisso recíproco e eticamente orientado. Esse compromisso, bem além de apenas gerar conhecimento em parceria, se estende em muitos casos ao compartilhamento de projetos de transformação social. A proposta da apresentação é analisar se esta já rica tradição de pesquisa participante pode ser fortalecida pela linguagem do reconhecimento com seu duplo escopo de detectar e articular precocemente sofrimento socialmente causado e articulação dos potenciais emancipatórios do respectivo contexto.

**Palavras-chave:** Pesquisa participante. Transformação social. Escola de Frankfurt.

### **Participação e reconhecimento**

#### ***Reflexões sobre pesquisa social na América Latina***

A pesquisa participante latino-americana e a teoria crítica da Escola de Frankfurt raramente são associadas uma a outra, e também não têm tido diálogos efetivos que incentivassem um enriquecimento recíproco. No presente texto, no entanto, são destacadas diversas afinidades eletivas com o intuito de explorar novos recursos para a pesquisa e o engajamento sociais. A ênfase não está na busca de equivalências dos conceitos ou num arcabouço de teoria, mas na questão da atitude do pesquisador e nas linguagens que permitem articular percepções de injustiça. [0]

### **Pesquisa a serviço da transformação social**

A pesquisa participante na América Latina surgiu em diferentes contextos e foi se desenvolvendo ao longo de um tempo bem extenso. Nesse sentido seria temeroso descrevê-la como uma unidade monolítica; isso ela nunca chegou a ser. Mesmo assim, há algumas características que fazem com que diversas experiências caibam sem maiores dificuldades sob esta designação comum, assumida pelos próprios protagonistas.

Na conturbada década de 1960, a hierarquia católico-romana na América Latina e uma parte importante dos grupos de jovens a ela vinculados tomaram conhecimento mais vivamente da pobreza e

---

\* Emil A. Sobottka é doutor em Sociologia e Ciência Política pela Universidade de Münster, professor no PPG de Ciências Sociais da Pucrs e pesquisador 1D do CNPq. Fez estágios pós-doutorais com Claus Offe, Hauke Brunkhorst e Axel Honneth. Em 2009-2010 foi bolsista Humboldt. Suas áreas de pesquisa são movimentos e políticas sociais, direitos de cidadania e teoria social. Foi tradutor de vários textos de Honneth para o português.

miséria no existentes no subcontinente. Além de fatores internos como o Concílio Vaticano, havia também impulsos vindos das igrejas protestantes através do Conselho Mundial de Igrejas e de movimentos latino-americanos. Em 1962, por exemplo, elas realizaram uma conferência no com o título “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”. Com essa conferência o protestantismo colocou um marco no que seria nas décadas subsequentes o engajamento das igrejas em temas sociais. Protestantes e católicos começaram uma revisão de sua teologia, inserindo nela a reflexão sobre a realidade concreta vivida pela população. E em sua maioria esta realidade era de fome e pobreza, mas também de dominação e exploração. Como a igreja romana à época congregava aproximadamente 90% da população brasileira e uma proporção semelhante em diversos outros países, o impacto de sua politização foi muito forte. Mas a radicalidade de algumas manifestações e o temor do comunismo, no entanto, fizeram com que esse engajamento também suscitasse resistências e recuos. Foi assim que não faltou apoio de setores influentes na hierarquia assim como de membros fiéis da igreja católica romana a regimes autoritários tradicionais e a golpes militares. O caso brasileiro é exemplar para se verificar como, na medida em que o regime se tornou mais autoritário, esse apoio foi enfraquecendo e substituído por um renovado engajamento em favor dos grupos mais pobres da sociedade, incluindo aí o abrigo a militantes políticos que não encontravam canais seculares legais para suas atividades.

A metodologia de trabalho usada nos grupos católicos de base foi muitas vezes descrita como a combinação de *ver*, *julgar* e *agir*. Na dimensão do *ver* muito se ouvia os relatos das experiências das pessoas, ao passo que no momento de *julgar* era inserida uma combinação de reflexões bíblico-teológicas com instrumentais teóricos de análise social derivados do marxismo (Mueller, 1996). O *agir* que se seguia foi cada vez mais se configurando em movimentos sociais que ultrapassaram o período de autoritarismo. No Brasil, os movimentos sociais e o engajamento amplo das igrejas em questões gerais da sociedade tiveram seu auge na preparação de uma nova constituição na segunda metade da década de 1980 (Assis, 1999).

Foi na igreja romana que Carlos Rodrigues Brandão desenvolveu suas atividades de pesquisa e participação, preponderantemente através da interlocução entre a antropologia e a militância em grupos de jovens. Refletindo mais tarde sobre essa prática que ali foi surgindo, provisória e ainda sem nome no início, até tornar-se articulada e conhecida, o autor diz: Pesquisa participante é “conhecimento coletivo, a partir de um trabalho que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem e produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias” (Brandão, 1981, p. 9-10). Muito antes de entrarem em moda conceitos como empoderamento, a vinculação entre a geração de conhecimento e o fortalecimento do respectivo grupo social estava entre os objetivos centrais: “Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo” (*ibid.*, p. 10). Em certa medida, a trajetória de Brandão revela como *pesquisa participante* foi o nome que recebeu um engajamento contra o autoritarismo e em prol da transformação social quando começou a ser sistematizado pela reflexão.

De modo similar Paulo Freire foi desenvolvendo a sua metodologia de trabalho a partir do engajamento. Depois de uma formação em direito, ele desenvolveu uma atividade de assistência social numa entidade mantida pelos empresários da indústria. Nessa atividade pode vivenciar um embate característico de sociedades periféricas como a brasileira: a assistência se tensiona entre efetivar os direitos de cidadania e substituí-los, estabelecendo uma relação de dependência e subordinação. O desenvolvimento da metodologia de alfabetização ali iniciada foi continuado como um serviço de extensão da universidade pública. Para o regime instalado após o golpe militar de 1964 no Brasil, no entanto, o direito à alfabetização, que Marshall (2002) poucos anos antes havia descrito como o direito social de cidadania mais elementar na sociedade britânica, foi visto como uma subversão à ordem. Em consequência, Freire teve que amargar longos anos de exílio. Aparentemente o poder do domínio das

letras era uma ameaça insuportável para as forças armadas que haviam tomado pelas armas o poder para salvar o país daquilo que eles consideravam o perigo comunista.

Freire via a educação como pesquisa e a pesquisa como educação. Pesquisa e educação são então uma parceria entre os pesquisadores e educadores profissionais e a comunidade ou o grupo social no qual vivenciam sua partilha. Com ela se supera o não-saber das letras que compõem palavras e textos; mas com ela se supera acima de tudo o não-saber da textura das relações sociais, em especial, das relações de dominação. Libertar-se desta dominação constitui o foco da pesquisa para Freire: “Na perspectiva libertadora em que me situo [...], a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os sujeitos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta” (1981, p. 35). A educação na pesquisa é uma formação que se dá em via de mão dupla: “não somente para os líderes comunitários e outras pessoas interessadas, mas também para os pesquisadores, professores e ativistas externos” (Fals Borda, 2007).

Orlando Fals Borda toma como foco de sua atuação essa mesma aspiração de libertação a partir do desvelamento da situação vivencial concreta. Sua perspectiva de engajamento ele desenvolveu no e a partir do contexto colombiano através do que ele denominou “investigação ação participativa”. Numa aproximação aos camponeses pobres que começou inusitada como funcionário curioso e diletante de uma empresa multinacional (Fals Borda, 2006) e acabou se aprofundando em pesquisa formal universitária, nasceu tanto uma metodologia de trabalho como um compromisso de vida, que perdurou mesmo quando mais tarde ocupou destacados postos na política agrária e na universidade de seu país.

Em uma entrevista em que relata essa sua trajetória, Fals Borda explicita que por pesquisa participante ele entende uma pesquisa “que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior” (2006, p. 43). De modo similar se expressou em outro texto ao afirmar que reduzindo a distância entre a “erudição acadêmica” e a “sabedoria popular” e ao desenvolver formas mais envolventes e de relacionamento pessoal na pesquisa “recuperamos a versão popular da história e reforçamos a cultura e a atuostima dos povos de base” (Fals Borda, 2007).

Com essa afirmação Fals Borda toca em três temas centrais presentes desde as origens de todo o movimento da pesquisa participante na América Latina. Primeiro, uma reinterpretção do desenvolvimento no sentido de uma participação mais equitativa nas riquezas e nos avanços culturais da respectiva sociedade. A isso se alia a questão da autonomia como libertação dos laços de subjugação e exploração, e a ampliação da possibilidade de criar os próprios projetos de vida, individual e coletivamente. Por fim, sempre foi central na participação de intelectuais nas comunidades o estímulo à autoconfiança como um sentimento de ser e de poder fazer. Mesmo sendo diferentes das correntes majoritárias, esse ser e fazer não são menores que aqueles das camadas sociais mais abastadas economicamente e política e culturalmente dominantes. Ter confiança ou mesmo orgulho de ser o que se é é um sentimento que muitas vezes precisou ser desenvolvido pelas comunidades e grupos sociais como uma forma de resistência à dominação.

Nas diversas citações feitas acima os autores expressam outra característica central dessa linhagem de pesquisa participante: a ênfase no lugar que o intelectual que se aproxima de um grupo social para pesquisar e se engajar quer ter em relação ao grupo. Ele compartilha com seus interlocutores a condição de co-sujeito da geração de conhecimento. Brandão (1981, p. 11) o expressa de modo até mais radical dizendo: “Ter no *agente* de pesquisa uma espécie de *gente* que serve”. Nessa compreensão, cabe ao intelectual não só deixar os outros serem sujeitos de seus projetos de vida, mas colocar-se a serviço deles. Há uma expectativa ética em relação aos pesquisadores que perpassa a atividade: de que se envolvam solidária e até abnegadamente com o grupo. Ou como Fals Borda (1981, p. 49-50) o expressa: “[...] nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e

cientistas como tais [...]. Têm apenas que demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua própria disciplina, sem negar completamente essas disciplinas” (p. 49-50). Segundo o mesmo autor, essa expectativa “motivou uma mudança na orientação da conduta pessoal dos ativistas e a adição de novos valores sociais como a simplicidade, a participação democrática e direta na rotina diária do trabalho comunitário” (*ibid.*).

Esta prática politizada de gerar conhecimento através de um encontro solidário e até empático com aqueles a quem se refere a pesquisa volta-se explicitamente contra pretensões de neutralidade da ciência tradicional. Mais do que isto: os pesquisadores participantes desenvolveram uma profunda desconfiança em relação a uma agenda oculta em muitas pesquisas tradicionais. “A expressão aparentemente neutra que existe na ideia de objeto de pesquisa muitas vezes subordina a ideia e a intenção de que aqueles cuja vida e realidade afinal se conhece, sejam reconhecidos para serem *objetos* também da História” (Brandão, 1981, p. 10).

Ao invés de se ater às questões pautadas pela lógica interna da ciência, a pretensão passou a ser fazer “perguntas de pessoas reais [...] que parecem descobrir com a sua própria prática, que devem conquistar o poder de serem, afinal, *o sujeito*, tanto do *ato de conhecer* de que têm sido o *objeto*, quanto do *trabalho de transformar* o conhecimento e o mundo que os transformaram em objeto” (*ibid.* p. 11). Fals Borda se distancia inclusive de autores como Kurt Lewin, por considerar também sua metodologia ainda pouco engajada com os seus pesquisados.

Paulo Freire em certo sentido é até mais explícito ao advogar em favor de um movimento em que objetividade e subjetividade não se excluam. Ao contrário, para ele a realidade só se deixa apreender na tensão entre esses dois polos. “Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade” (Freire, 1981, p. 35).

Os autores-pesquisadores aqui mencionados (Brandão, Freire e Fals Borda) se referem à ciência tradicional como um saber vinculado aos grupos dominantes da sociedade em um período determinado. Essa vinculação, segundo eles, impede que o conhecimento assim gerado tenha um caráter absoluto, universal; ao contrário, ele cumpre funções determinadas – de manutenção e de fortalecimento da dominação, de docilização dos trabalhadores subalternos, de aumento da produtividade. Para além disso, os próprios “indivíduos chamados cientistas” têm “motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social” (p. 44) que interferem diretamente na atividade. Por isso, segundo Fals Borda, ao invés de focar-se na análise dos resultados daquele modo de fazer ciência, para uma crítica é necessário e mais promissor examinar o “processo de produção do conhecimento científico” (p. 44). Foi por isso que eles desenvolveram práticas que hoje se conhece como *pesquisa participante* ou *investigación acción participativa*.

Quando se afirma a vocação da pesquisa participante para ajudar a impulsionar processos de transformação social, é necessário especificar melhor como essa vocação é entendida. Se bem é verdade que em seu nascimento ela ocorreu em contextos em que frequentemente projetos de “ação social”, “desenvolvimento rural” ou “desenvolvimento comunitário” estavam sendo implementados por governos ou organizações internacionais, a pesquisa participante via de regra foi implementada como resistência a eles, como tentativa de superar a orientação desenvolvimentista que predominava na cooperação internacional à época.

Desde sua origem, a participação não tinha como objetivo conquistar a cooperação dos “destinatários” de alguma política, de modo que sua eficácia pudesse ser aumentada. Ao contrário, desde o início ela foi concebida como uma formação política de todos os envolvidos. Brandão (2006) se distancia enfaticamente do discurso participacionista das agências oficiais. Para esse pioneiro da pesquisa participante, são a pesquisa e o pesquisador que participam da vida e da luta dos grupos com

que se envolvem, e não o contrário. A pesquisa participante revela seu valor através de sua contribuição na procura coletiva de conhecimentos que ajudem a tornar as relações sociais mais justas, livres e solidárias. Esse seria seu sentido emancipatório: “Assim, a pesquisa é ‘participante’ não apenas porque uma proporção crescente de sujeitos populares participa de seu processo. A pesquisa é ‘participante’ porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória” (2006, p. 32).

Mas da breve exposição feita aqui não pode ser inferido que a pesquisa participante na América Latina tivesse uma orientação única. Ao contrário, ela se constituiu historicamente como um leque de experiências contextualizadas, marcadas pelas histórias de cada lugar em que foi praticada. Ela também nem sempre foi exitosa, senão que “em repetidas ocasiões, experiências práticas acabavam reduzindo-se a uma só vez, incidiam sobre aspectos parcelares da vida social” (Brandão, 2006, p. 33). Ela nasceu e segue ainda hoje um projeto coletivo aberto e plural de transformação social num contexto percebido como injusto, excludente e opressor.

Há ademais algo mais fundamental que diferencia o modo de fazer ciência dos teóricos críticos clássicos daquele dos pesquisadores participantes latino-americanos aqui referidos. Enquanto para os primeiros os grupos sociais subalternos são fonte de orientação política e de critérios normativos, na pesquisa participante a geração de conhecimento se faz na convivência que compartilha as dores e as lutas concretas. É nesse sentido que Fals Borda fala tanto no rompimento da assimetria entre pesquisadores de pesquisados como na incorporação das “pessoas das bases sociais como indivíduos e pensantes nos esforços de pesquisa” (1981, p. 55) e em “capacitá-los a romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar sua própria pesquisa” (*ibid.*, p. 53). Rompe-se a tradicional relação sujeito-objeto para estabelecer uma pesquisa cuja metodologia se assenta em relações sujeito-sujeito. Esse sentido de busca de autonomia inclusive no fazer ciência transcende em muito a concepção de uma divisão social de tarefas, na qual as especializações – e a distância social entre elas – permanece insuperada.

### **Reconhecimento e cidadania como linguagens de encontro**

Quando se reconstrói os inícios dessas duas importantes tradições – da pesquisa participante na América Latina e da teoria crítica da Escola de Frankfurt – e se pergunta se e como elas podem inspirar e contribuir para a pesquisa comprometida tanto com a explicitação dos problemas e anseios de grupos sociais marginalizados ou insuficientemente beneficiados com as riquezas sociais como com o engajamento pela transformação social, é possível extrair delas algumas lições importantes. Mas também é difícil evitar um certo estranhamento.

Do vasto legado que Horkheimer e seus colegas e colaboradores deixaram para aqueles que se dispõem a fazer pesquisa e teoria social há duas contribuições que se pode destacar neste contexto. A primeira, e provavelmente mais fundamental, é a de que antes e acima da escolha das metodologias e técnicas de pesquisa existe uma atitude ética com a qual o intelectual se posiciona frente à sua realidade social, frente ao modo como são determinadas as oportunidades de as pessoas e grupos sociais se realizarem como sujeitos autônomos e como participam das riquezas materiais e imateriais socialmente produzidas. Sua proposta de opor um modo crítico de fazer teoria social ao modo tradicional e dominante expressa um convite para uma opção de vida, para uma práxis, e não apenas para uma decisão técnica fortuita. A segunda é transformar o reconhecimento de que o proletariado não é o sujeito histórico coletivo predestinado a fazer a mudança social e que tampouco há uma configuração determinada e necessária para a futura sociedade em uma proposta metodológica do fazer ciência em diálogo entre disciplinas e, sobretudo, com os grupos sociais a quem o conhecimento se refere. Deste

diálogo resulta um melhor conhecimento da realidade, mas podem resultar também os critérios éticos normativos que permitem um juízo bem fundamentado sobre a realidade dada e o delineamento das transformações sociais em construção. Este é o seu modo de dar continuidade à tradição marxista em bases renovadas.

Os pioneiros da pesquisa participante na América Latina se inseriram nessa tradição marxista, ora mais, ora menos explicitamente. A decisão de fazer do ato de pesquisar uma participação nas lutas políticas dos respectivos grupos sociais pode ser considerado o núcleo central de sua postura acadêmico-política. São o pesquisador e a pesquisa que participam da luta social, e não os grupos sociais que aderem a um projeto de pesquisa: esse é o passo fundante da transformação dos *objetos* em *sujeitos* da pesquisa. Para o pesquisador isso implica em relativizar as prioridades e a lógica interna da ciência; para os grupos envolvidos, via de regra esta presença é uma pedra angular na edificação de sua autoestima. O objetivo final deste empreendimento conjunto por várias décadas foi sintetizado na América Latina através de uma expressão: libertação.

Contudo, mesmo face a essas contribuições e inspirações, alguns estranhamentos em relação a ambas tradições podem ser destacados. Horkheimer e seus colegas frankfurtianos ainda fazem ecoar a concepção de uma sociedade em que a luta de classes é definida em torno dos meios de produção e o intelectual está instalado numa cátedra universitária. Eles podem construir canais de diálogos e, juntos, através da esfera pública, pressionar por transformações sociais no marco de uma sociedade formal-democrática. Mas no centro daquele universo ainda está o trabalho como atividade que transforma a natureza em coisas úteis e socializa as pessoas. Em torno do mundo do trabalho e dos trabalhadores que se formam as expectativas sobre aquilo que de novo se gostaria de construir na sociedade. E o intelectual procura de algum modo analisar e sistematizar conhecimentos sobre esta situação.

Os pais fundadores da pesquisa participantes atuavam em um contexto diferente, em que se alternavam impulsos de um desenvolvimentismo dependente de agências internacionais com regimes autoritários. A exploração econômica, ainda que real e por vezes dramática, só em parte se dava através do mercado formal de força de trabalho. Ademais, ao lado dela muitas outras clivagens, como ser índio ou crioulo, viver no campo ou na cidade, dominar o idioma oficial ou não dentre outros fatores eram determinantes para a integração social – ou para a marginalização. Participar com estes grupos cotidianamente não raro implicava em transpor rígidas barreiras geográficas, culturais, étnicas, linguísticas, cognitivas. Aos intelectuais participantes nem sempre era fácil encontrar fontes legítimas para extrair delas o núcleo organizador das expectativas que delinearíamos os contornos da futura sociedade. Nesse ponto parece que a tematização do reconhecimento feita por Honneth pode contribuir para a pesquisa participante latino-americana atual.

Com o intuito de perguntar por possibilidades inspiração e frutificação recíprocas para dar continuidade aos objetivos originais dessas duas tradições dentro de contextos profundamente alterados, é que aqui são brevemente examinados alguns desenvolvimentos que houve nos últimos anos. Na teoria crítica, a novidade é a discussão da questão do reconhecimento (Van den Brink e Owen, 2007; Saavedra e Sobottka, 2009), e na tradição da pesquisa participante, é a presença discursiva da questão da cidadania na academia e no cotidiano na América Latina. Tanto o reconhecimento como a cidadania poderiam ser descritos como propostas de teoria social ou, pelo menos, como conceitos teóricos centrais. Mas isso localizaria eventuais discussões em torno deles no ambiente preponderantemente acadêmico.

Outra possibilidade, e que aqui é adotada, é a de tomar essas expressões como linguagens. Vistos assim, reconhecimento e cidadania são núcleos geradores de linguagens que expressam acordos sociais e, como consequência, também articulam expectativas normativas que os membros da respectiva sociedade ou comunidade podem ter legitimamente em relação aos demais. E, na medida em que expressam acordos sociais e articulam expectativas normativas legítimas, são também sensores para a percepção precoce de eventuais frustrações dessas expectativas, que geralmente são percebidas como

injustiças. A possibilidade desta perspectiva é explicitada por Honneth quando afirma que a pergunta que o move em seu empreendimento teórico é saber “qual das linguagens teóricas [...] está melhor adaptada à reconstrução consistente e à justificação das demandas políticas atuais no marco de uma teoria crítica da sociedade” (Honneth, 2003). Reivindicações e protestos são articulados hoje de outras maneiras que em décadas passadas. Mas mais importante que isso é que as percepções de injustiça e humilhação estão sujeitas a inúmeras barreiras e filtros, e quanto mais a linguagem para expressá-las se aproxima cognitivamente do mundo da vida das pessoas, mais chances as percepções têm de virem a público.

Ainda que não seja o primeiro autor a colocar o reconhecimento como pilar de relações sociais intersubjetivas, Honneth é quem mais amplamente formulou esta proposta. Catedrático em Frankfurt na linha sucessória de Horkheimer, Honneth está convicto de que nas sociedades ocidentais capitalistas se diferenciaram três esferas de reconhecimento. Elas institucionalizam formas específicas de relações sociais que permitem que os membros da respectiva sociedade possam esperar dos outros o reconhecimento segundo o princípio vigente naquela esfera de ação. [2]

Munido com a linguagem do reconhecimento, Honneth defende que seja possível fazer uma fenomenologia das experiências de injustiça [a 'phenomenology' of social experiences of injustice”] (2003, p. 113) na medida em que as frustrações das expectativas legítima de reconhecimento são experimentadas pelos indivíduos como injustiças. Em suas palavras: “what is called 'injustice' in theoretical language is experienced by those affected as social injury to well-founded claims to recognition” (*ibid.*). Muitas dessas percepções de injustiça são publicamente articuladas em forma de protestos e de movimentos sociais. Mas o autor chama a atenção que há diversos filtros e barreiras que se interpõem entre a percepção e a articulação pública, como a acirrada disputa por atenção nos meios de comunicação. Pode-se acrescentar ademais o controle social, os aparelhos de intimidação e repressão (Raschke, 1988) e até mesmo inércia para tomar atitudes como inibidores da colocação de injúrias e injustiças sofridas na pauta das discussões na esfera pública.

A reconstrução que Honneth fez do reconhecimento como uma linguagem consegue expressar as diferentes formas que as expectativas normativas historicamente decantadas assumiram na respectiva sociedade. Ali onde a frustração se torna recorrente, muito provavelmente as instituições sociais responsáveis pelo reconhecimento estão falhas e necessitam ser transformadas. Ao desenvolver um instrumental que permite antecipar para o nível da percepção individual a detecção de prováveis injustiças institucionalizadas, Honneth atualiza a teoria crítica frankfurtiana num aspecto central. Em sociedades plurais e individualizadas, a própria teoria social precisa estar em condições de articular seus diagnósticos até no nível do indivíduo e, ao mesmo tempo, detectar, na pluralidade de suas inserções sociais, falhas sistemáticas das instituições em assegurar a efetivação dos princípios normativos socialmente legitimados.

Mesmo que a renovação da teoria crítica tenha sido um empreendimento bem sucedido no sentido de ter colocado à disposição uma linguagem teórica mais adequada que as anteriores para a análise das sociedades atuais, ela ainda não responde a contento a pergunta pelas transformações efetivamente necessárias e por quem pode impulsioná-las. O próprio autor havia colocado isso como desafio ao afirmar que “no definitive answer to this question of feelings of injustice is possible without first establishing the actual reactions of those affected with the tools of empirical social research” (Honneth, 2003, p. 126). Contudo, em uma de suas obras recentes, *O direito da liberdade* (Honneth, 2011), no qual se propôs a fazer uma análise da sociedade como teoria da justiça, em seguimento a Hegel, o próprio autor não levou suficientemente a sério sua exigência de fundamentar o conhecimento da realidade em pesquisas empíricas e em contato com as pessoas afetadas (Sobottka, 2012).

Portanto, com a reconstrução dos princípios normativos que regem as relações intersubjetivas e fomentam o desenvolvimento de sujeitos autônomos, Honneth revela uma metodologia para explicitar os critérios normativos à luz dos quais os indivíduos cotidianamente formam seus juízos. Ademais, ele

desenvolve uma linguagem sensível para a percepção de injustiças muito antes de chegarem ao debate público. Mas à sua proposta de uma teoria crítica renovada falta algo de essencial: participação nas lutas sociais concretas, para que aquilo que em teoria se apresenta como um bom instrumental possa ser verificado enquanto parte de uma práxis em diálogo com interlocutores concretos.

Na América Latina, por seu turno, desde a redemocratização que se seguiu à fase autoritária dos regimes militares, os anseios e expectativas dos grupos sociais historicamente colocados à margem têm sido majoritariamente expressos condensadamente na ideia da cidadania – sobretudo de direitos de cidadania. Os movimentos sociais, os processos constituintes que ocorreram na maioria dos países nas décadas de 1980 e 1990 e até mesmo os grupos dominantes assumiram com relativa naturalidade como legítima a existência de conjuntos bem amplos de direitos. Em países em que os movimentos sociais reivindicatórios foram bem sucedidos, como no Brasil e no Equador, dentre outros, os textos constitucionais acolheram grandes listas de direitos. Não raro, porém, eles receberam formulações vagas ou permaneceram sem indicação de quem teria o dever de assegurar o direito. São portanto mais declaratórios do que direitos exigíveis pela via legal ou por pressão ética social.

Mesmo assim, não há como desconhecer que ao longo dos anos muitas reivindicações que antes estavam em disputa passaram a ser tratadas como direito certo – seja porque estão inscritas em algum texto legal, seja porque não são mais publicamente contestadas. Assim consolidaram-se antigas e formaram-se novas expectativas normativas tidas como legítimas. *Cidadania* passou a ser uma justificativa inquestionada para demandas de direitos muito diversos. Face a essa proliferação em lugar central das disputas públicas é necessário perguntar: o que é cidadania? Ela pode ser entendida como a síntese dos direitos inscritos na ordem legal ou tacitamente assumidos como tais?

[3]

## Referências

- Assies, Willem. Theory, practice and ‘external actors’ in the making of new urban social movements in Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, v. 18, nº 2, 1999, p. 211-226.
- Brandão, Carlos R. Pesquisar-participar. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 9-16.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: Brandão, Carlos Rodrigues e Streck, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006, p. 21-54.
- Castro, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Antares, 1987.
- Fals Borda, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 42-62.
- \_\_\_\_\_. A semente tem sua própria dinâmica: sobre as origens e os rumos da investigación-acción participante (IAP). Entrevista dada a Lola Cendales, Fernando Torres e Alfonso Torres. In: Brandão, Carlos Rodrigues e Streck, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006, p. 55-92.
- \_\_\_\_\_. La investigación-acción en convergencias disciplinares. *Lasa Forum*, v. 38, nº 4, outono 2007, p. 17-22.
- Freire, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 34-41.



- Gabarrón, Luis R. e Landa, Libertad Hernandez. O que é a pesquisa participante? In: Brandão, Carlos Rodrigues e Streck, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006, p. 93-121.
- Honneth, A. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: Fraser, Nancy and Honneth, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003, p. 110-197.
- \_\_\_\_\_. *Das Recht der Freiheit: Grundriss einer demokratischen Sittlichkeit*. Berlin: Suhrkamp, 2011.
- Horkheimer, M. *Traditionelle und Kritische Theorie: fünf Aufsätze*. Frankfurt am Main: Fischer, 1992.
- Jaeggi, Rahel. Reconhecimento e subjugação: sobre a relação entre teorias positivas e negativas da intersubjetividade. *Sociologias*, 2013 (no prelo).
- Löwy, Michael e Bensaid, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- Marshall, Thomas H. Citizenship and social class. In: C. Pierson and F. G. Castles (eds.). *The welfare state: a reader*. Cambridge: Polity Press, 2002, p. 32-41.
- Marx, Karl. *Introdução à contribuição para a crítica da economia política*. 1859. <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contribueconpoli/introducao.htm>>
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- Moore, Barrington. *Injustice: the social basis of obedience and revolt*. New York: Sharpe, 1978.
- Mueller, Ênio R. *Teologia da libertação e marxismo: uma relação em busca de explicação*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- Raschke, Joachim. *Soziale Bewegungen: Ein historisch-systematischer Grundriss*. Frankfurt am Main: Campus, 1988.
- Saavedra, Giovanni Agostini, Sobottka, Emil A. Discursos filosóficos do reconhecimento. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 9, nº 3, set.-dez. 2009, p. 386-401.
- Sobottka, Emil A. A liberdade individual e suas expressões institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, nº 80, out. 2012, p. 219-223.
- Somers, M. Citizenship zwischen Staat und Markt: das Konzept der Zivilgesellschaft und das Problem der dritten Sphäre. *Berliner Journal für Soziologie*, n. 4, 1998, p. 489-505.
- Van den Brink, Bert e Owen, David. *Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.